

A MINUSTAH NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: A DISCUSSÃO PARLAMENTAR SOBRE O ENVIO DE TROPAS BRASILEIRAS AO HAITI

*MINUSTAH IN THE CHAMBER OF DEPUTIES: PARLIAMENTARY
DISCUSSION ON THE DEPLOYMENT OF BRAZILIAN TROOPS TO HAITI*

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann

RESUMO

O presente trabalho busca elucidar a discussão na Câmara dos Deputados sobre a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre fevereiro e maio de 2004, durante o segundo ano do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parte-se da mudança da atuação do Brasil no cenário internacional, que adaptou o princípio da Não-intervenção nos assuntos internos dos diferentes Estados à ideia de não-indiferença nas situações de crise. Tal mudança ocorreu para que o Brasil assumisse uma posição de protagonismo perante a política internacional, considerando o objetivo de conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse sentido, o artigo busca responder aos seguintes questionamentos: quem são os deputados que participaram mais ativamente das discussões? Quais os principais argumentos apresentados? Quais são as divergências entre os aliados do Presidente Lula e os opositoristas? Na Câmara dos Deputados, os parlamentares situacionistas e da oposição divergiram em pontos-chave da questão haitiana, como a origem da crise e os objetivos da MINUSTAH. Também, como argumento, os deputados contrários à participação na missão, alegaram que a situação segurança pública do Brasil estaria em condições análogas às do país caribenho.

Palavras-chave: Não-intervenção; política externa brasileira; MINUSTAH.

ABSTRACT

This work seeks to elucidate the discussion in the Chamber of Deputies about Brazilian participation in the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH), between February and May 2004, during the second year of President Luiz Inácio Lula da Silva's first term. It starts with the change in Brazil's actions on the international scene, which adapted the principle of Non-intervention in the internal affairs of different States to the idea of non-indifference in crisis situations. This change occurred so that Brazil could assume a leading position in international politics, considering the objective of gaining a permanent seat on the United Nations Security Council. In this sense, the article seeks to answer the following questions: who are the deputies who participated most actively in the discussions? What are the main arguments presented? What are the differences between President Lula's allies and the opposition? In the Chamber of Deputies, situationist and opposition parliamentarians differed on key points of the Haitian issue, such as the origin of the crisis and the objectives of MINUSTAH. Also, as an argument, the deputies opposed to participating in the mission claimed that the public security situation in Brazil would be in conditions similar to those in the Caribbean country.

Keywords: Non-intervention; brazilian foreign policy; MINUSTAH.

INTRODUÇÃO

Em 2004, ao início do segundo ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, caiu sobre o presidente a possibilidade de participação brasileira em uma missão de paz no Haiti. Foi em 4 de março daquele ano que o Presidente Lula ligou para o então Presidente da França, Jacques Chirac, para tratar de questões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, oportunamente, Chirac faz a sondagem sobre a possibilidade de o Brasil comandar uma Força de Paz das Nações Unidas no Haiti. Na ocasião, Lula sinalizou positivamente às intenções do Presidente francês, inclusive dando a ele o número de soldados brasileiros à disposição da missão (Diniz, 2006, p.102).

Ocorre que nas Relações Internacionais brasileiras, o princípio da não-intervenção norteou historicamente a relação do país com outros Estados. Conforme aponta Vizentini (2001), de tão fundamental para o Estado brasileiro, o princípio ganhou *status* constitucional:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz elencado, entre os seus Princípios Fundamentais, no art. 1º, I, a soberania como atributo para a constituição do Estado democrático de direito. E, no âmbito das suas relações internacionais (art. 4º), rege-se pelos princípios de independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz e solução pacífica de conflitos, entre outros.

Entretanto, o governo do presidente Lula, a partir da condução do Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores, concebeu uma nova aplicação para o consagrado princípio. Nas palavras do próprio Ministro, por ocasião da XXXV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a não-ingerência em assuntos internos estava sendo associada a uma atitude de não-indiferença diante de situações de crise, prestando apoio e solidariedade quando solicitado (Amorim, 2005 *apud* Seitenfus; Zanella; Marques, 2007, p. 19).

Nesse sentido, houve uma mudança significativa nos rumos da diplomacia brasileira, que dá voz a mudanças também nos demais países do chamado Cone Sul. Para Ricardo Seitenfus,

Adeptas intransigentes da mais rígida interpretação dos princípios de soberania e de não intervenção, ambos convertidos em dogmas ao longo da História, as jovens democracias do Cone Sul as reavaliam para aplica-las ao caso haitiano. O brasileiro Celso Amorim formula a ideia da não indiferença, interpretando e adaptando o princípio da responsabilidade de proteger. Ao fazê-lo leva em consideração o fato de que, apesar do terrível século 20 ter abrigado duas guerras de dimensões mundiais, foram os conflitos internos os mais mortíferos, pois provocaram 150 milhões de mortes (Seitenfus, 2014, p. 115).

A intenção brasileira foi pela construção de uma ação mais presente e protagonista no cenário internacional, de liderança regional em uma América Latina em crise, e maior influência global. Desse modo, para o país “a Não-Indiferença vem legitimar uma atuação internacional que teve de ser refundada para melhor responder às demandas de um continente em crise, onde não se pode mais ignorar que não há desenvolvimento possível em meio à miséria e à desesperança” (Seitenfus; Zanella; Marques, 2007, p. 22).

A mudança de perspectiva da política internacional brasileira veio ao encontro da intenção de conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para tanto, era necessário que o Brasil demonstrasse suas capacidades. O governo partiu da ideia de que “a liderança das tropas da ONU no Haiti poderia ser um experimento de protagonismo na América Latina, além de uma demonstração de força e capacidade de articulação militar, como uma prévia de um membro permanente” (Oliveira, 2005, p. 147).

Para a análise das discussões sobre o tema na Câmara dos Deputados, será utilizada a Análise do Discurso. Conforme Orlandi (2001), a Análise do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender como a linguagem atua na construção de significados em contextos específicos, indo além da simples análise gramatical das estruturas linguísticas. Esse campo de estudo concentra-se em como o discurso é tanto influenciado quanto influenciador das dinâmicas sociais, culturais, políticas e ideológicas, destacando a relação intrínseca entre linguagem e sociedade.

A Análise do Discurso não se limita a observar o que é dito, mas também como é dito, por quem, para quem e em quais circunstâncias. Cada enunciado é entendido como uma prática situada, carregada de intencionalidades e atravessada por relações de poder, que podem revelar posições ideológicas subjacentes. Assim, ela explora como palavras, frases e textos contribuem para a formação de sentidos, a construção de identidades e a configuração de relações de poder, permitindo compreender os processos de produção e recepção discursiva. Além disso, essa abordagem trata a linguagem como uma prática social, isto é, como um instrumento fundamental na mediação e transformação das relações sociais.

A análise do discurso considera a linguagem em sua dimensão histórica e contextual, reconhecendo que ela não é neutra, mas marcada por disputas, contradições e possibilidades de ressignificação. Por meio desse olhar, torna-se possível desvendar como discursos estruturam as formas de pensar, agir e interagir, evidenciando seu papel na construção e manutenção das estruturas sociais e culturais.

Contudo, para que houvesse aplicação objetiva do princípio da não-indiferença no caso haitiano, com o envio das tropas para comporem a missão, era necessária a aprovação do parlamento brasileiro. Este trabalho objetiva analisar a discussão entre os deputados federais brasileiros favoráveis e contrários à participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Busca, também, identificar as posições de contrariedade entre os parlamentares que compunham a base aliada do governo e a oposição, considerando que a base aliada de Lula era formada por PT, PMDB, PTB, PL, PCdoB, PSB, PPS e PP (*Folha de São Paulo*, 12/04/2004).

A DISCUSSÃO NA CÂMARA

Poucos dias após o contato telefônico entre os presidentes Lula e Chirac, alguns deputados brasileiros já se debruçavam sobre a questão haitiana e a possibilidade de

Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v. 6, n. 11, jul./dez., 2025. p. 152-167. ISSN 2675- 7826.

participação do Brasil em uma Força de Paz naquele país. No dia 11 de março de 2004, o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, Ivan Valente pronunciou-se em tom de advertência ao governo:

Queremos [...] fazer um alerta ao nosso Ministério das Relações Exteriores e ao Governo Lula, que está empenhado em enviar tropas ao Haiti, para que chequem melhor as informações sobre o que está ocorrendo naquele país, já que o governo americano praticamente depôs o Presidente Jean-Bertrand Aristide.

Além de denunciar uma suposta ação do governo dos Estados Unidos da América, o deputado insinua o desconhecimento da realidade haitiana por parte do Itamaraty e da Presidência da República.

Logo em seguida, outro deputado petista também se manifesta sobre a situação haitiana

Sr. Presidente, Sras. e Srs, Deputados, solidarizo-me com o sofrido povo haitiano. Acompanhando pela imprensa o que lá acontece, e infelizmente sem acesso a uma fonte confiável que diga, com isenção de ânimos, o que está por trás da saída do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, prefiro me ater ao drama vivido por milhares de haitiano hoje desesperados pela incerteza - e o país já amargava antes a caótica posição de país mais pobre das Américas.

O presidente Lula, em nome da paz, manifestou o interesse brasileiro em colaborar no processo de reconstrução daquele país, sem, entretanto, com isso, desejar ou impor ingerência externa, que não é a prática do seu governo (Vicentinho – PT/SP, 11/03/2004).

As declarações do deputado paulista Vicentinho, do PT, parecem surgir como uma contraposição ao discurso de seu colega de partido, o deputado Ivan Valente. Enquanto Valente destacava a necessidade de o governo brasileiro verificar cuidadosamente as informações sobre a situação no Haiti, Vicentinho trouxe à tona a dificuldade de acesso a informações detalhadas e, principalmente, confiáveis sobre o cenário haitiano. Essa divergência de perspectivas entre os parlamentares reflete uma preocupação comum, mas abordada de formas distintas: enquanto Valente enfatiza o rigor informativo como base para a ação governamental, Vicentinho aponta a escassez de dados confiáveis como um desafio, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso do Brasil com os valores humanitários.

Vicentinho destacou que a missão brasileira no Haiti estava fundamentada em princípios de paz e reconstrução, sublinhando as intenções altruístas do país em sua atuação internacional. Ele evidenciou que, diante de um cenário de instabilidade, o objetivo principal da missão não era apenas prestar auxílio emergencial, mas também contribuir para a reestruturação de um país devastado por crises políticas e naturais. Essa abordagem mostra uma tentativa de legitimar a

participação brasileira na missão, pautando-se em valores éticos e em um papel ativo na cooperação internacional, apesar dos desafios operacionais e da falta de clareza total sobre a realidade local.

As falas de ambos os deputados, portanto, não apenas expõem diferenças de enfoque dentro do mesmo partido, mas também ilustram a complexidade das decisões diplomáticas e humanitárias em situações de crise internacional. Enquanto um pede maior cautela na obtenção de informações, o outro busca reforçar a legitimidade e as intenções positivas da atuação brasileira, destacando a dualidade entre a necessidade de prudência e a urgência de ação.

A Deputada Luciana Genro, à época sem partido, teceu suas primeiras críticas ao Governo brasileiro invocando o princípio da autodeterminação dos povos. Em discurso, evidenciou sua posição:

protestamos veementemente contra o envio de tropas brasileiras ao Haiti. O Brasil precisa respeitar a soberania dos povos. São os próprios povos que devem decidir seus destinos, seus rumos e seus Governos. Isso vale também para o Iraque e a Venezuela, onde o Governo norte-americano incentiva uma oposição semifascista, para desestabilizar uma administração que tem promovido mudanças a favor dos mais pobres (Luciana Genro – Sem Partido/RS, 12/03/2004).

Também manifestando contrariedade ao envio das tropas brasileiras ao Haiti, o líder do Partido Verde na Câmara, Deputado Sarney Filho, aponta o problema da violência nas grandes cidades:

Faz parte do programa do Partido Verde, como um dos elementos mais importantes, o pacifismo. Não entendemos o envio das tropas, no momento em que o País se vê convulsionado pela violência nas grandes cidades, como oportuno, bem como não o entendemos como uma maneira de ajudar a pacificar os conflitos naquele país (Sarney Filho – PV/MA, 02/04/2003).

O Deputado continua sua argumentação afirmando que o problema haitiano é de ordem mundial, principalmente dos Estados Unidos e da França. Para ele, o Brasil não deveria desperdiçar energia, recursos e soldados com a situação, pois a questão “têm a ver com a interferência indevida e imposta pelas grandes nações sobre a autonomia do Estado haitiano” (Sarney Filho – PV/MA, 02/04/2004).

A questão da violência urbana nas grandes cidades brasileiras aparece mais vezes como argumento contrário à participação brasileira na Missão de Paz. Alberto Fraga, Deputado pelo Distrito Federal, afirmou: “Nosso Haiti é aqui no Rio de Janeiro, nas cidades-satélites do Distrito Federal, onde a criminalidade cada vez mais angustia e atormenta” (Alberto Fraga –

PTB/DF, 16/04/2004). Tal questão surge também na defesa do parecer contrário às intenções do Governo expedido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cuja relatoria coube ao Deputado José Thomaz Nonô, do Partido da Frente Liberal de Alagoas. Nonô advertiu que “Trata-se de situação bastante assemelhada - bastante assemelhada mesmo - às que vivemos lá na Rocinha, no Vidigal, enfim, nas favelas do Rio de Janeiro. Para lá o Exército não pôde ir, até se dispôs, mas não pôde ir” (José Thomaz Nonô – PFL/AL, 14/05/2004).

Expoente parlamentar petista, a Deputada Maninha utilizou parte de seu tempo na tribuna para expor alguns de seus motivos para apoiar a participação brasileira na missão. Para ela, o país deveria enviar tropas ao país caribenho por sua tradição de cooperação com outros povos:

O Brasil nunca se envolveu em conflitos. Nosso Exército, em várias localidades, presta assistência à saúde. Visitei, em Leticia, na fronteira, um dos melhores hospitais do País, mantido pelo Exército brasileiro, onde são atendidas mais de 400 mil pessoas em todas as especialidades: neurologia, oftalmologia, cirurgia e outras. O Exército Brasileiro pode fazer isso pelapopulação do Haiti. Também é tradição do nosso Exército construir estradas e pontes, como fez na Amazônia, bem como realizar ações sociais. Isto ele poderá fazer no Haiti, mas não envolver-se em conflitos armados (Maninha – PT/DF, 08/05/2004).

A parlamentar ainda afirmou ter recebido do Comando das Forças Armadas um documento que expunha as motivações para o envio de tropas ao Haiti. Dentre as razões apresentadas, podem ser destacadas: projeção internacional e regional na América Latina; reforço da presença brasileira junto a ONU e a OEA; e, talvez a principal delas, de reforçar o compromisso brasileiro com a Carta das Nações Unidas, objetivando pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Maninha – PT/DF, 08/05/2004).

Somente em cinco de maio de 2004 chega à Câmara dos Deputados a mensagem de número 205 do Poder Executivo Federal. O documento submetia à consideração dos parlamentares os motivos do Governo, representado pelos ministros de Estado das Relações Internacionais e da Defesa, para o envio do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Dentre as considerações realizadas pelo Executivo, destaca-se a seguinte:

[...] 4. Acreditamos que a nova decisão do Conselho de Segurança também está em consonância com a tradição brasileira de dar prioridade à solução multilateral de conflitos e com as disposições constitucionais sobre a prevalência dos direitos humanos. A defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da

humanidade e representa contribuição legítima para uma solução da crise política e humanitária do Haiti [...] (BRASIL, 2004).

A partir do recebimento da Mensagem, intensificaram-se as discussões entre os parlamentares sobre a matéria. Houve uma tentativa de colocá-la em regime de urgência no dia 13 de maio, mas que não prosperou após o pedido de verificação de quórum feito pelo Deputado Fernando Gabeira (Sem Partido/RJ). Gabeira tornou-se, também, o mais ferrenho combatente das intenções do Executivo. Ante a tentativa da base governista em aprovar o regime de urgência, o deputado expôs sua indignação:

Considero a decisão do Presidente Lula totalmente equivocada, na forma e no conteúdo, porque nasceu de um telefonema do Presidente Jacques Chirac, S. Exa, ocasião em que o Presidente brasileiro se comprometeu a enviar tropas ao Haiti. Aliás, contingentes já estão se deslocando do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro antes mesmo da aprovação legislativa, o que constitui um ultraje ao Congresso brasileiro e à Constituição (Fernando Gabeira – Sem Partido/RJ, 13/05/2004).

O deputado foi enfático ao denunciar o papel central dos Estados Unidos nesse episódio, apontando que a responsabilidade pela queda de Aristide recaía sobre ações diretas do governo estadunidense. Ele argumentou que a deposição do presidente não foi um processo orgânico ou fruto de uma revolta interna legítima, mas sim resultado de um movimento orquestrado por interesses externos, com os EUA desempenhando um papel estratégico para interferir nos rumos políticos do país. Segundo o parlamentar, a ingerência norte-americana representava mais um capítulo na longa história de intervenções imperialistas dos Estados Unidos em países da América Latina e do Caribe, marcadas pela imposição de interesses econômicos e geopolíticos em detrimento da autodeterminação dos povos. Nesse sentido, as tropas brasileiras iriam ao país para garantir “a paz americana, a paz francesa e os interesses do Canadá”. Diante desse quadro, o Brasil até poderia influenciar o Haiti, mas que nunca teve uma relação mais próxima com o país caribenho (Fernando Gabeira – Sem Partido/RJ, 13/05/2004).

Além disso, apontou a fragilidade das relações entre o Brasil e o Haiti, evidenciando as disparidades entre o caso haitiano e o do Timor Leste, país que recebeu tropas brasileiras em missão da ONU:

Sras e Srs Deputados, não podemos aceitar passivamente a idéia de mandar as tropas brasileiras para o Haiti. Quando decidimos mandar tropas para o Timor, havia um sentimento nacional nesse sentido. Todos se interessavam pelo Timor, onde se fala português e cuja vanguarda dirigente, como Xanana Gusmão e Ramos Horta. Era amiga, ligada ao Brasil. Conseguimos convencer o Presidente Fernando Henrique a se engajar no processo. Porém, no que diz respeito ao Haiti, qual a relação que temos com esse país? O Haiti é dominado pelos Estados Unidos. O presidente da Frente

Democrática tem dupla nacionalidade: norte-americana e haitiana. Estamos cometendo uma bobagem! (Fernando Gabeira – Sem Partido/RJ, 13/05/2004).

Seguindo na tentativa de convencer seus colegas deputados a não aprovarem o requerimento do Governo, Gabeira retoma o argumento outrora apresentado no parlamento:

Ora, fortuna que o País irá gastar é fundamental para garantir a paz na floresta, no campo e nas grandes cidades brasileiras. O envio de tropas pelo Brasil é uma incoerência: o País vai gastar milhões de dólares, não obstante enfrentar seríssimos problemas internos exatamente por falta de paz em suas cidades! (Fernando Gabeira – Sem Partido/RJ, 13/05/2004).

No dia 14 de maio de 2004, entrou na pauta da Câmara a votação para aprovar ou não a participação brasileira na MINUSTAH. Houve, portanto, um acirramento das discussões na casa, com críticas mais duras às intenções governistas, o que é perceptível nas palavras do Deputado Fernando Gabeira, que apresentou duras críticas ao presidente Lula:

Era necessário que o Presidente tivesse uma idéia mínima da história do Haiti, uma idéia mínima do que foi o golpe de Estado no Haiti, que soubesse que os americanos financiam a Oposição e financiaram o golpe, que o Secretário Colin Powell já foi ao Haiti articular o processo de reconstrução nacional do país. Nossas forças vão dar segurança a processo político a ser conduzido pelos americanos. Seremos os seguranças à porta, enquanto eles realizam as reuniões políticas e tomam decisões. É isso o que vai acontecer no Haiti (Fernando Gabeira - Sem Partido/RJ, 14/05/2003).

Outra questão levantada durante as discussões foi o início do deslocamento das tropas brasileiras antes da aprovação pelo parlamento, conforme previsto na Constituição Federal. Conforme denunciou Gabeira “é muito constrangedor falar sobre esse tema, sobretudo por saber que, simbolicamente, as tropas brasileiras já foram para o Haiti, Os seus integrantes já colocaram o capacete azul da ONU, já se despediram dos familiares [...]” (Fernando Gabeira – Sem Partido/RJ).

Apesar de Gabeira ser o principal crítico às movimentações governistas rumo ao Haiti, as críticas e objeções ecoam da oposição à base aliada do Presidente. Nomes como Ivan Valente e Chico Alencar, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores à época, também apresentam seus argumentos contra o envio das tropas. No caso de Valente, seu posicionamento tomou por base o fato de não haver garantias de que as forças brasileiras seriam consideradas de paz, e não de intervenção. Nas palavras do próprio Deputado,

há um vácuo de poder, um caos político- institucional, o que significa que nossas tropas de paz, mesmo sendo de reconstrução, não podem ter segurança de que não

serão consideradas força de intervenção. Não temos condições de avaliar se elas serão ou não hostilizadas no Haiti. Não podemos de forma alguma garantir que não seremos considerados testas-de-ferro do poder americano naquele país (Ivan Valente – PT/SP, 14/05/2004).

Ao mesmo tempo, reforça a centralidade dos interesses estadunidenses na questão haitiana:

Essa é a questão-chave. Aos Estados Unidos não interessa permanecer ostensivamente no Haiti. Eles estão no Iraque, no Afeganistão, na linha de fogo, cometendo atrocidades, torturas etc. Não querem aparecer, mas não abandonaram o seu quintal - a América Central e o Caribe. Não podemos correr o risco de entrar naquele país sem saber quando sair. Não temos nenhuma segurança de que as forças em conflito e o povo haitiano nos considerarão rigorosamente de paz. Não é hora para o envio de tropas (Ivan Valente – PT/SP, 14/05/2004).

Chico Alencar, do PT do Rio de Janeiro, em tom mais brando, confere ao parlamento a responsabilidade de acompanhar as ações que serão desenvolvidas, com vistas a garantir que os objetivos da missão sejam de fato com o povo haitiano:

Esta Casa, ao aprovar a matéria, deve ter a responsabilidade de acompanhar a presença brasileira naquela Nação. Para tal tem de criar Comissão Externa para, daqui a 3 ou 4 meses, verificar *in loco* se essa atuação atende de fato aos interesses do povo haitiano, nação tão conflagrada e machucada, ou se é mais uma peça no jogo hegemônico do império americano. E isso não serve para o Brasil. Nossas forças e dispêndios não podem ser utilizados para fazer a política de Bush. (Chico Alencar – PT/RJ, 14/05/2004).

Deputado Federal pelo Partido Progressista, da base do Governo, Irapuan Teixeira, não poupou críticas à ação, convergindo com os argumentos apresentados por Gabeira. O parlamentar apontou os interesses dos EUA e pôs em xeque o papel da ONU na questão: “Os Estados Unidos não deixam que os haitianos resolvam suas questões internas. Os norte-americanos, sob a égide da ONU - não sabemos se esse organismo defende a paz ou os norte-americanos na guerra - estão lá” (Irapuan Teixeira – PP/SP, 18/05/2004).

Também, o deputado do PP salientou a necessidade de se ter havido uma discussão mais ampla da questão pelo Parlamento, o que não aconteceu pela urgência do governo em aprovar a matéria.

aproveito para solicitar ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em casos como esse, consulte o Congresso Nacional com antecedência. A maioria até poderá votar pelo deslocamento de tropas brasileiras, mas não assim, de afogadilho, quando elas já estavam se deslocando, razão por que não houve tempo para se discutir profundamente a matéria (Irapuan Teixeira – PP, 18/05/2004).

Do lado favorável às intenções da Presidência da República, apresentaram-se parlamentares governistas e da oposição. Entretanto, não houve um parlamentar que assumisse a condição de protagonista da defesa do projeto de decreto legislativo, como houve no caso de Fernando Gabeira, que deu a tônica das críticas.

Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o Deputado Federal pelo Partido Socialista Brasileiro, Beto Albuquerque, apresentou na tribuna o relatório da Comissão. Em seu pronunciamento, conclamou a Constituição Federal para defender a participação brasileira na MINUSTAH:

Agindo dessa forma, Sr. Presidente, o Governo brasileiro confere efetividade ao que preconiza o art. 4º da Carta Magna, que propugna que nas relações internacionais o Brasil atenda à prevalência dos direitos humanos, à defesa da paz e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, referência expressa com clareza nos incisos II, VI e IX do dispositivo constitucional que há pouco mencionei.

O artigo 4º da Constituição Federal é o que determina os princípios das relações internacionais do País. Os incisos citados pelo Deputado são os que preconizam a prevalência dos Direitos Humanos, a defesa da paz, e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Contudo, o parlamentar extrapola a questão constitucional e amplia sua argumentação no sentido de o Brasil estar atendendo às expectativas da comunidade latino-americana, bem como a atitude converge com a estratégia do país no cenário internacional. Conforme o Deputado,

o Brasil está atendendo a um clamor dos países que repartem conosco a América, está respondendo a um apelo da ONU para que possamos colaborar com o processo democrático. O Brasil pretende disputar uma vaga, sim, no Conselho de Segurança da ONU, o que não só do ponto de vista político ou de representatividade é fundamental para o País, como junto às Nações Unidas (Beto Albuquerque – PSB/RS, 14/05/2004).

Albuquerque apresenta, também, a ideia de que cumprir a tarefa no país caribenho seria fundamental para o cumprimento o da agenda prioritária do Brasil naquele momento: o ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo ele,

O esforço mundial em defesa da paz, da redemocratização dos países e dos direitos humanos em âmbito internacional representa, indiscutivelmente um passo para integrarmos o Conselho de Segurança da ONU e dessa organização recebermos reciprocidade, a fim de melhorar a capacidade organizativa de nossas Forças Armadas (Beto Albuquerque – PSB/RS, 14/05/2004).

O parlamentar destaca que a estratégia brasileira para conquistar o tão sonhado assento no Conselho de Segurança passa por capitanear um esforço pela paz. Ao mesmo tempo, confia na reciprocidade da ONU para com o país.

Também em defesa do projeto governista, o Deputado Eduardo Valverde, do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, converge para os argumentos de Beto Albuquerque ao dizer que “O Brasil, que aspira a participar do Conselho de Segurança da ONU, tem de assumir a liderança de propor e promover a paz” (Eduardo Valverde –PT/RO, 14/05/2004).

Ao longo da sua argumentação, Eduardo Valverde torna-se mais enfático quanto à necessidade de o Brasil assumir seu protagonismo internacional:

Precisamos de clareza. O Brasil anseia ser uma liderança internacional, ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança Nacional como membro permanente e liderar uma corrente de países emergentes que quer se contrapor à atual ordem mundial. E tem que, nesse caminhar, promover a paz.

Está correto o Governo brasileiro em dar condições ao Exército nacional de contribuir com as Nações Unidas para promover a paz em país conturbado, miserável, secularmente governado por ditaduras. Temos o dever de colaborar com a democracia haitiana.

Louvada seja a atitude do Governo Lula de promover a paz na América Latina e, principalmente, em um país do Terceiro Mundo! (Eduardo Valverde – PT/RO, 14/05/2004).

Valverde também aproveita de seu tempo para rebater as críticas impetradas pelo Deputado Fernando Gabeira e outros parlamentares, principalmente aqueles mais ligados à esquerda. Esses, como visto anteriormente, alegavam que a missão de paz serviria apenas para a defesa dos interesses estadunidenses. Cumprindo sua tarefa de defender o governo Lula, Eduardo Valverde afirmou que

O Presidente Lula tem demonstrado não ter nenhum alinhamento com o Governo americano. A posição dura do Brasil na OMC, fazendo com que o Governo americano reduzisse os subsídios aos produtos agrícolas, e a decisão de cancelar o visto de um jornalista americano que faltou com o respeito a instituição republicana brasileira denotam que o Governo Lula não está alinhado ou subordinado aos interesses do império americano. Afirmar o contrário representa verdadeira heresia (Eduardo Valverde – PT/RO, 14/05/2004).

Eleito pelo estado do Rio de Janeiro, o Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia, do PT, seguiu na linha defesa do protagonismo do Brasil no cenário internacional: “Esta é mais uma medida que fortalecerá nossa política externa. O que demonstra uma posição de firmeza do País. É muito justo também que o fato colabore para que o Brasil consiga fazer parte do

Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. É mais do que justo (Antônio Carlos Biscaia – PT/RJ, 14/05/2004).

O Deputado Biscaia, sendo do Rio de Janeiro, tomou para si também a defesa do governo na questão da segurança pública do seu estado, rechaçando a hipótese de não colaboração do executivo federal:

Quais foram os argumentos que o Líder da Minoria usou para atacar a proposta do Governo? Um deles foi repetido também no dia de ontem - mas este, sim, não resiste: o de que o Governo se nega a utilizar tropas no Estado do Rio de Janeiro mas as envia ao Haiti.

Isso é mentira! O Governo Federal manifestou sua absoluta disposição em colaborar com as forças de segurança daquele Estado. Três Ministros de Estado se deslocaram para o Rio de Janeiro, os da Justiça, da Defesa e da Articulação Política, com um plano pronto, o qual não foi executado porque o casal governador não quis assinar um documento dizendo que a situação era caótica, como é: que havia descontrole, como está havendo. Portanto, esse argumento não pode ser utilizado. O Governo Federal e as Forças Armadas têm contribuído com o Rio de Janeiro a fim de resolver o seu problema de segurança (Antônio Carlos Biscaia – PT/RJ, 14/05/2004).

Da base governista, outra voz ecoou motivos para a aprovação do projeto. Renildo Calheiros, do Partido Comunista do Brasil de Pernambuco, guardou a posição da base aliada sobre a matéria. Argumentou no sentido de que a participação do país na missão de paz seria, inclusive, contra a hegemonia estadunidense:

Nós, que conhecemos a participação nociva dos Estados Unidos nos assuntos internos não apenas do Haiti, mas que lá se apresentam também com muita força, o que devemos fazer? Podemos, como pretendem alguns, fechar os olhos e dizer que nada temos a ver com isso, que o povo do Haiti que se vire. Como fica muito perto dos Estados Unidos, que façam lá o que bem quiserem. Ora, Sr. Presidente, não me ocorre ser essa uma posição responsável, que preserve os interesses da democracia no Haiti ou em qualquer parte do mundo. Não me parece ser essa uma posição que venha a fortalecer organismos internacionais e multilaterais, os quais têm de ser fortalecidos (Renildo Calheiros – PC do B/PE, 14/05/2004).

O comunista reforçou o pensamento de que a missão não estava no radar de interesses dos Estados Unidos, bem como a participação brasileira serviria para afirmar posicionamento do país na política internacional. Segundo ele,

A ONU apresenta posição de defesa e autoriza uma força com a participação de vários países – e o Brasil tem a possibilidade de assumir o comando desse processo. Parece-me, todavia, que tal posição não interessa aos Estados Unidos, que têm Forças Armadas no Haiti e sempre se meteram no processo interno daquele país.

Temos de reforçar essa posição. É o que penso. Por quê? Porque vem exatamente no sentido de confirmar a política externa brasileira de defesa da paz internacional e da autodeterminação dos povos. Isso vem reafirmar a postura do Brasil de procurar ser ouvido internacionalmente e de querer levar sua posição aos fóruns internacionais

para ajudar no esforço democrático. Isso se encaixa exatamente com o esforço que a diplomacia brasileira vem fazendo (Renildo Calheiros – PC do B/PE, 14/05/2004).

Todavia, não apenas por governistas era feita a defesa da participação do Brasil na MINUSTAH. Eleito pelo estado de Roraima, Francisco Rodrigues, do Partido da Frente Liberal, de oposição a Lula, manifestou-se em

apoio à presença do Brasil no Haiti, momento que considero da mais elevada importância. Principalmente como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. pois vejo, nesse ato. uma forma de importante visibilidade na comunidade internacional. para que possamos não apenas continuar postulando uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, mas. principalmente, demonstrar a capacidade do Brasil em pacificar conflitos e buscar a paz duradoura para qualquer nação que recorra direta ou indiretamente à nossa presença amistosa (Francisco Rodrigues – PFL/RR, 20/05/2004).

O parlamentar elencou cinco motivos diferentes para o seu posicionamento: em primeiro, destacou a possível projeção internacional e regional, na América Latina, elucidando que o Brasil já se destaca frente às outras nações do continente pelo território, população e economia; Em segundo, argumentou que a presença brasileira nos diferentes organismos internacionais, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a própria ONU, é capaz de demonstrar a importância da paz, da estabilidade e da segurança mundial para o país; Terceiro, a solicitação da ONU representa o interesse da Organização em que o Brasil comandasse a força de paz; Em quarto, a possibilidade de valorização das Forças Armadas como um instrumento de projeção política do Estado Nacional brasileiro; e, por fim, a chance de criar condições para assistência humanitária ao Haiti, atraindo o Caribe para a esfera de influência sul-americana, em particular, a brasileira (Francisco Rodrigues - PFL/RR, 22/05/2004).

Mesmo sendo opositorista, Francisco Rodrigues faz uma defesa ativa do projeto. Seus argumentos, inclusive, convergem com os da situação. Enxerga na ida brasileira ao Haiti a possibilidade de projeção internacional do país e de valorização das Forças Armadas.

Em votação simbólica, realizada a partir de um acordo entre as lideranças, sob muitos protestos do grupo contrário à matéria, foi aprovada por aclamação na Câmara dos Deputados a Mensagem nº 205/2003 do Governo Federal à Câmara. Com a devida autorização, as tropas brasileiras chegaram ao Haiti em primeiro de junho de 2004, com previsão para durar seis meses e que só chegou ao fim 13 anos depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o debate sobre a participação do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) foi permeado por intensas discussões e divergentes opiniões no Congresso Nacional, refletindo a complexidade da política externa brasileira. Parlamentares levantaram preocupações sobre os possíveis interesses estratégicos dos Estados Unidos, a soberania do Haiti e a prioridade que deveria ser dada aos problemas internos, como o combate à violência nas grandes cidades do Brasil. Ainda assim, o governo destacou que a missão representava uma oportunidade ímpar para o Brasil reafirmar seu compromisso com a paz mundial, fortalecer sua cooperação internacional e promover os direitos humanos no âmbito global.

A decisão de enviar tropas brasileiras ao Haiti foi sustentada por argumentos que apontavam para a importância de projetar o Brasil como um ator relevante no cenário internacional. Nesse contexto, a participação na MINUSTAH foi vista como um passo estratégico em direção à conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Os defensores da iniciativa reforçaram que o Brasil, como potência emergente, tinha a responsabilidade de contribuir para a resolução da crise haitiana, o que, ao mesmo tempo, fortaleceria sua posição como líder regional e global, ampliando sua influência diplomática.

Em última análise, a aprovação da participação do Brasil na MINUSTAH evidenciou a intricada relação entre interesses nacionais e compromissos internacionais. A missão no Haiti tornou-se um marco na trajetória do Brasil como ator global, simbolizando sua disposição em assumir um papel mais ativo na promoção da paz e da estabilidade em outras nações. Além disso, gerou debates significativos sobre o equilíbrio entre as prioridades internas e externas, bem como sobre a responsabilidade do país em contribuir para a construção de um mundo mais pacífico e solidário. Esse episódio reafirmou a relevância da política externa na definição do papel do Brasil no cenário internacional e no fortalecimento de sua identidade como promotor de valores universais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessões de fevereiro a junho de 2004. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 05 de set. 2023.

BRASIL. Mensagem nº 205. Submete à consideração de Vossas Excelências, a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, relativa ao envio de contingente brasileiro para a **Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah)**. Brasília, 2004.

DINIZ, Eugênio. **O Brasil e a MINUSTAH**. ed. *Security and Defense Studies Review*, 5:1. Belo Horizonte: 2005. 19p. Disponível em: http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf, acesso em: 19 de out. de 2023.

OLIVEIRA, Daniel França. **A política externa do Brasil nas questões de ampliação do Conselho de Segurança da ONU (1989-2005)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –PUC-SP, UNESP, UNICAMP. São Paulo, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Porto Alegre: Pontes, 2001.

SEITENFUS, R. A. DA S.; ZANELLA, C. K.; MARQUES, P. M.. O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 7–24, jul. 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e as noções de Soberania e Não-Intervenção. In: **Cadernos Adenauer: Segurança e Soberania**. Ano II, n.05; 2001.

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann

Mestre em História. Professor EBTT do IFAM/ Campus Tabatinga.

E-mail: luizalfredo.professor@gmail.com

Recebido em 24 de novembro de 2024.

Aceito em 06 de novembro de 2025.